

Ajuda ao RS será incluída em negociações sobre acordos de leniência da 'lava jato'

O ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal, conduziu nesta quinta-feira (23/5) mais uma audiência de conciliação no âmbito da arguição de descumprimento de preceito fundamental em que são questionados os termos dos acordos de leniência celebrados na "lava jato". No encontro, foram identificados os principais pontos de divergência entre partes, empresas e entes públicos e também foi incluída na negociação a possibilidade de destinação de recursos e serviços para a reconstrução do Rio Grande do Sul.

Nessa rodada de negociações, foram apontados três pontos de divergência: a capacidade de pagamento das empresas a partir de análise técnica da sua situação contábil, segundo parâmetros utilizados pela Controladoria-Geral da União e pela Advocacia Geral da União em acordos recentes; a possibilidade de pagamento com base na compensação de créditos e débitos fiscais e seus limites; e a aplicação de multas em duplicidade.



André Mendonça sugeriu fundo para ajudar a reconstruir o Rio Grande do Sul

O ministro sugeriu a inclusão nas negociações de medidas de apoio à reconstrução do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, foram apresentadas propostas de criação de um fundo específico, formado pelo pagamento das empresas. Esse ponto, além do consenso entre as partes, dependerá de aprovação pelo Congresso Nacional. Outro ponto é o pagamento do débito das empresas por meio da prestação de serviços, desde que participem e vençam licitações relativas a obras federais.

As partes presentes se comprometeram a dar seguimento às tratativas para tentar chegar a um consenso sobre os pontos abordados.

A matéria é objeto de ADPF apresentada ao Supremo em março de 2023 pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), o Partido Comunista do Brasil (PCdoB) e o Solidariedade. As legendas afirmam que os pactos foram celebrados antes do acordo de cooperação técnica que sistematiza regras para o procedimento e que, portanto, haveria ilicitudes na sua execução. Em fevereiro deste ano, foi feita a primeira audiência de conciliação, quando foi aberta a rodada de negociação com representantes dos partidos políticos, das construtoras que fizeram acordos, da AGU, da CGU e do Tribunal de Contas da União, com o acompanhamento da Procuradoria-Geral da República. *Com informações da assessoria de imprensa do STF.*



ADPF 1.051

Autores: Sem autor